



UBERLÂNDIA- MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS**

Professor de Educação
Infantil e 1º ao 5º ano

**EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº
01/2023, DE 20 DE JUNHO DE 2023**

CÓD: SL-005JL-23
7908433238126

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos.....	7
2. Tipologia textual e gêneros textuais	10
3. Coerência e coesão textual	11
4. Sinonímia, antonímia e polissemia. Denotação e conotação.	12
5. Ortografia.....	13
6. acentuação.....	14
7. Funções da linguagem.	15
8. Recursos verbais, não verbais e multissemióticos	16
9. Argumentação, opinião e informação. Estratégias argumentativas.....	18
10. Figuras de linguagem	25
11. Conhecimentos linguísticos de acordo com a gramática tradicional: formação de palavras.....	27
12. seleção vocabular	29
13. classe de palavras	30
14. colocação pronominal.....	38
15. emprego de tempos e modos verbais	39
16. estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período	40
17. emprego da regência nominal e verbal	43
18. emprego da concordância nominal e verbal.....	45
19. emprego dos sinais de pontuação e seus efeitos de sentido.....	46

Legislação

1. Base Nacional Comum Curricular.....	59
2. Constituição Federal da República Federativa do Brasil – Título VIII, Cap. III, Seção I: Da Educação.....	98
3. Decreto nº 11.079, de 23 de maio de 2022 – Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica. ...	101
4. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.	104
5. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica	111
6. Lei Complementar Municipal nº 040, de 5 de outubro de 1992 (atualizada) – Artigos 163 e 164.....	114
7. Lei Municipal nº 9.626, de 22 de outubro de 2007 e suas alterações.	115
8. Lei Municipal nº 12.209, de 26 de junho de 2015 – Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025.	118
9. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.....	121
10. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	162
11. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.	178
12. Parecer CNE/CEB nº 6/2010.	195
13. Parecer CNE/CEB nº 17/2001	210
14. Decreto nº 20.179, de 10 de fevereiro de 2023. Aprova o Código de Ética do servidor público e da alta administração municipal, e suas alterações posteriores.	224
15. Lei Complementar Municipal nº 40/1992 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de Uberlândia, suas autarquias, fundações públicas e Câmara Municipal, e suas alterações posteriores	229

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades e conhecimentos gerais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil, estabelecendo conexões com acontecimentos mundiais..... 253
2. Conhecimentos relativos a aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos, culturais e sociais do município de Uberlândia, do estado de Minas Gerais e do Brasil. 253

Conhecimentos Específicos

1. Alfabetização, letramento e conhecimentos da Língua Portuguesa 259
2. Base Nacional Comum Curricular 288
3. Diversidade, inclusão e relações étnico-raciais na educação..... 327
4. Educação como direito 336
5. Legislação brasileira e políticas públicas para a educação 338
6. O cuidar e o educar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental 344
7. O ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental 346
8. Organização do trabalho pedagógico na Educação Básica..... 347
9. Planejamento e avaliação da aprendizagem na Educação Básica 348

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

vadas para a Plenária Final. Foi um processo de amplo debate e também um exercício democrático, tanto por parte dos participantes do Congresso, quanto da comissão organizadora, que teve de se adequar à dinâmica proposta pelos delegados. Após o Congresso, durante a reunião do Conselho Municipal de Educação, no dia 27 de novembro de 2014, a SME recebeu o Documento aprovado no Congresso, para providências necessárias.

A construção do PME para a cidade de Uberlândia significa um grande avanço, por se tratar de uma Política de Estado e não somente uma Política de Governo. A sua aprovação pelo Poder Legislativo, sancionada pelo Chefe do Executivo, transforma-o em Lei Municipal, conferindo-lhe o poder de ultrapassar diferentes gestões. Nesse prisma, o PME promove a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo; recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais anteriores por não serem de sua iniciativa. Com um Plano Municipal de Educação com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas.

O desafio para o Município de Uberlândia foi o de elaborar um plano que guardasse consonância com o Plano Nacional de Educação e, ao mesmo tempo, garantisse sua identidade e autonomia.

Esse Plano foi pensado a partir dos seguintes eixos temáticos:

I - Sistema Municipal de Ensino;

II - Educação Inclusiva: Cidadania e Emancipação;

III - Qualidade da Educação: Democratização e Aprendizagem;

IV - Gestão Democrática;

V - Valorização dos Trabalhadores da Educação: Formação e Condições de Trabalho;

VI - Financiamento da Educação: Transparência e Controle Social.

Por fim, a convicção é a de que a efetivação das diretrizes e metas estabelecidas no PME requer a participação, o acompanhamento e a avaliação da sociedade civil, representada pelo Conselho Municipal de Educação, Câmara Municipal, Conselho Escolar, Sindicatos e Associações dos Trabalhadores da Educação, pais e responsáveis de alunos e todos os cidadãos que, de alguma forma, estejam envolvidos no processo educacional dessa cidade.

Comissão Organizadora do Processo de Construção do Plano Municipal de Educação: por uma Cidade Educadora Uberlândia - MG

EIXO I SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

O Sistema Municipal de Ensino tem por finalidade a descentralização do ensino, por meio da autonomia municipal prevista no art. 18 da Constituição Federal de 1988, possibilitando maior abertura de espaço para a participação dos cidadãos nas decisões referentes às políticas educacionais do Município, inserindo-se no processo da gestão democrática da educação com vistas a garantir um controle social efetivo.

O Sistema Municipal de Ensino de Uberlândia fundamentar-se-á no princípio da garantia de ampla participação dos vários segmentos da sociedade, tais como: comunidades escolares, comunidades locais, poder público e organizações sociais. Desse modo, suas diretrizes devem propor uma busca permanente de qualidade da educação, traduzida na preocupação com a identidade local e o acesso universal a todos os níveis e modalidades de ensino para garantir a plena formação do cidadão. No entanto, antes de dar esse acesso universal, é necessário preparar o profissional, dentro da escola, para receber, com eficiência, esses alunos. Essa preparação deve acontecer em nível técnico e psicológico, em regime de formação continuada.

Sua construção deve contemplar o direito de todos à educação como elemento fundamental da formação humana e cidadania, buscando o acesso e permanência à educação de qualidade, sem qualquer discriminação, por meio de uma gestão democrática do ensino público, do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

META 1: IMPLANTAR O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO ATÉ 2016

DIRETRIZ I

PROMOÇÃO DE ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA

traram em entendimento com D. Francisca Alves Rabelo e dela adquiriram, pela quantia de quatrocentos mil réis, cem alqueires de terras de cultura e campo, entre os Córregos Das Galinhas e São Pedro. Todo o Patrimônio foi doado a Nossa Senhora do Carmo e, atualmente, corresponde à parte central da cidade de Uberlândia. O Arraial recebeu então o nome de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha. Nas proximidades do lugar escolhido para a construção da capela, havia um caminho denominado de “Estrada Salineira”, foi às margens deste caminho que se formou o primitivo núcleo urbano.

Quando o Arraial passou à sede do Distrito, a estrada recebeu o nome de Rua Sertãozinho, posteriormente Rua Tupinambás e, atualmente, denomina-se Rua José Ayube. Como o cotidiano das pessoas era pontuado pela vida religiosa, a Capela abrigava à sua volta uma faixa de terreno que ficou conhecido como “Campo Santo”, nele foram sepultados os primeiros habitantes da Vila.

As raízes da cidade estão em um bairro conhecido hoje por Fundinho. As pequenas e tortuosas ruas que entrecortavam o arraial se formaram ladeadas pela sequência de casas, quintais e antigos muros que emprestaram à geografia urbana o seu sentido.

Por volta de 1861, pouco tempo após sua inauguração, a capelinha foi ampliada e transformou-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, abrigando até 1941 as principais atividades religiosas da cidade. Em 1943, após a inauguração da imponente Matriz de Santa Terezinha na Praça Tubal Vilela, ela foi demolida e, em seu lugar, foi construído um prédio para abrigar a Estação Rodoviária.

Dados demográficos

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2017 a população estimada de Uberlândia era de seiscentos e setenta e seis mil e seiscentos e treze (676.613) habitantes. Segundo o último censo, realizado no ano de 2010 pelo IBGE, haviam seiscentos e quatro mil e treze (604.013) cidadãos em Uberlândia. O município expande-se por uma área 4.115,206 Km² e possui uma densidade demográfica de de 146,78 (hab/km²), segundo dados do IBGE (2010).

Com relação a distribuição da população por sexo, dados do censo de 2010 revelaram que 51,17% da população eram mulheres e 48,83% eram homens. A faixa etária com maior percentual de cidadãos foi a de 20 a 24 anos, com 9,9% da população.

Dados sociais

Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Uberlândia foi de 0,789, número considerado ‘alto’ pela Organização das Nações Unidas. Com esse índice, Uberlândia é o terceiro município com melhor IDH no estado de Minas Gerais e o 71º do Brasil. O IDH da cidade está acima tanto da média estadual quanto nacional, que nesse ano de 2010 foram calculadas em 0,731 e 0,699 respectivamente.

Saúde

Uberlândia é considerada referência em saúde para a região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Sul Goiano, ao dispor de mais de uma dezena de hospitais, tanto privados como públicos. A exemplo de unidades públicas temos o Hospital de Clínicas (SUS/UFU), as Unidades de Atendimento Integrado (UAI's), o Hospital do Câncer e o Hospital e Maternidade Municipal, que possui 258 leitos para assistência de média complexidade, pediatria e maternidade.

Com relação a alguns números da saúde, no ano de 2005, o município possuía 198 estabelecimentos de saúde, sendo 64 deles privados e 134 públicos entre hospitais, pronto-socorros, postos de saúde e serviços odontológicos. Ao total a cidade conta com 944 leitos para internação, destes 420 são privados e 524 privados.

Educação

No âmbito da educação, a cidade de Uberlândia se destaca por sua taxa de escolarização das crianças de 6 a 14 anos. No ano de 2010, de acordo com o IBGE, essa taxa foi de 94%. No que se refere à educação básica, as escolas da cidade receberam, no ano de 2010, nota 6 e nota 4 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nos anos iniciais e nos anos finais do ensino fundamental, respectivamente.

Em 2015, de acordo com o IBGE, foram realizadas 14.539 matrículas no ensino pré-escolar, 78.05 no ensino fundamental e 23.384 no ensino médio. Ainda neste ano, foram contabilizados 181 estabelecimentos que ofertam ensino fundamental e 49 instituições que ofertam ensino médio.

Na escala de 0 a 1 do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), a área da educação recebeu a nota 0,716 no ano de 2010. Em 1991, por exemplo, esse índice foi de 0,366, o que demonstra uma maior ascendência da taxa de escolaridade da população uberlandense no que diz respeito ao ensino fundamental e ao ensino médio.

Renda

Com relação ao trabalho e rendimento da cidade de Uberlândia, dados do IBGE do ano de 2015 apontam que a renda mensal dos trabalhadores formais foi de 2,7 salários mínimos. Segundo dados do IBGE, do ano de 2010, a renda per capita do município era de R\$ 1.126,57, desse modo, a cidade ocupava a 160ª entre os municípios do Brasil. Quanto à ocupação da população, em 2010, duzentos e quarenta e seis mil quatrocentos e onze (246.411) pessoas estavam ocupadas. Esse número representa 37,2% da população de Uberlândia.

Religião

De acordo com o IBGE, a cidade, em 2010, registrou 330.564 fiéis da religião Católica Apostólica Romana, o que representa a porcentagem de 54,7% da população uberlandense. A religião Evangélica somou, na época, 154.411 fiéis, ou seja, 25,2% dos cidadãos de Uberlândia. Foram registradas 50.640 pessoas sem religião (8,4%), 44.817 espíritas (7,4%), 7.136 testemunhas de Jeová (1,2%). As demais religiões praticadas na cidade, juntas, somaram 18.443 pessoas, o que representa 3,1% da população de Uberlândia.

Política

De acordo com a Constituição de 1988, Uberlândia está localizada em uma república federativa presidencialista. Foi inspirada no modelo estadunidense, no entanto, o sistema legal brasileiro segue a tradição romano-germânica do Direito positivo. A administração municipal se dá pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

Antes de 1930 os municípios eram dirigidos pelos presidentes das câmaras municipais, também chamados de agentes executivos ou intendentess. Somente após a Revolução de 1930 é que foram separados os poderes municipais em executivo e legislativo. O primeiro intendente do município foi Antônio Alves dos Santos e o primeiro líder do poder executivo e prefeito do município foi Lúcio

Leitura e Alfabetização numa Perspectiva Construtivista

³A alfabetização é um campo aberto, no qual o conflito entre teorias é fundamental para o progresso do conhecimento. Mas é importante levar em conta a compreensão sobre as visões de mundo, de homem e de sociedade que as sustentam para o professor possa decidir de um modo mais crítico e consciente, sobre os quais, os ajudarão a concretizar os fins de uma educação formada da cidadania de nossos aprendizes.

Atualmente parece que de novo estamos vivenciando uma nova situação, no que se refere a alfabetização, o que prenuncia o questionário a que vem sendo submetidos os quadros conceituais e suas práticas ao longo da desse seu processo na história. Estamos diante de um quadro que aponta problemas resultantes de alfabetização de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores os que evidenciam uma perplexidade na persistência do fracasso escolar em alfabetizar.

Neste contexto, vem surgindo nos discursos teóricos a palavra letramento como uma proposta para superar tais fracassos, usando termos como alfabetizar ou letrar alfabetizando, apontados como o caminho para a superação dos problemas enfrentados nesta etapa de escolarização.

No início da escolarização, uma pesquisa revela que, até os anos 80, o objetivo maior era a alfabetização, isto é, enfatizava-se fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita. Em torno desse objetivo principal, métodos de alfabetização alteram-se em um movimento pendular: ora a opção pelo princípio da síntese, segundo o qual alfabetização deve partir das unidades maiores - a palavra, a frase, o texto (método fônico, método silábico); ora a opção pelo princípio da análise segundo o qual a palavra, a frase, o texto - em direção as unidades menores (método da palavração, da sentençação, global). Em ambas as opções, porém a meta sempre foi à aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita; embora se possa identificar na segunda opção uma preocupação também com o sentido veiculado pelo código. Seja no nível do texto (global, seja no nível da palavra, ou da sentença da palavração, sentençação) os textos foram postos a serviço da aprendizagem do sistema de escrita. Visto que, palavras são intencionalmente selecionados para servir a sua decomposição em sílabas e fonemas.

Assim, pode se dizer que até os anos 80, a alfabetização escolar no Brasil caracterizou por uma alternância entre método sintético e métodos analíticos, mas sempre com o mesmo pressuposto - o de a criança para aprender o sistema de escrita, dependeria de estímulos externos cuidadosamente selecionados ou artificialmente construídos - e sempre com mesmo objetivo o domínio desse sistema, considerado condição, pré-requisito para que a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita, isto é, primeiro aprender a ler e a escrever, para só depois, ler textos, livros, escrever histórias, cartas, etc.

Nos anos 80, a perspectiva psicogenética da aprendizagem da língua escrita divulgada entre nós, sobretudo pela atuação formativa de Emília Ferreiro, sob a denominação de construtivismo, trouxe uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área de alfabetização, porque alterou fundamentalmente a concepção efetivas de leitura e de escrita. Essa mudança permitiu identificar e explicar o processo através do qual a criança torna-se alfabética; por outro lado, e como consequência disso, sugeriu as condições em

que mais adequadamente se desenvolve esse processo, revelando o papel fundamental de uma interação intensa e diversificada da criança com práticas e matérias reais de leitura e escrita a fim de que ocorra o processo de conceitualização da língua.

No entanto, o foco no processo de conceitualização da língua escrita pela criança e a importância de sua interação com práticas de leituras e de escrita como meio para provocar e motivar esse processo tem subestimado, na prática escolar da aprendizagem inicial da língua escrita, o ensino sistemático das relações entre a fala e a escrita de que ocupa a alfabetização. Como consequência de o construtivismo ter evidenciado processos espontâneos de compreensão da escrita pela criança, ter condenado os métodos que enfatizam o ensino direto e explícito do sistema de escrita e, sendo fundamentalmente uma teoria psicológica, não ter proposto uma metodologia de ensino, os professores foram levados a supor que, apesar de sua natureza convencional e com frequência arbitrária, as relações entre a fala e a escrita seriam construídas pela criança de forma incidental e assistemática, como decorrência natural de sua interação com inúmeras variedades práticas de leitura e de escrita, ou seja, através de atividades de letramento, prevalecendo, pois, estas sobre as atividades de alfabetização.

É, sobretudo essa ausência de ensino direto, explícito e sistemático da transferência da cadeia sonora da fala para a forma gráfica da escrita que tem motivado as críticas que atualmente vem sendo feitas ao construtivismo. Além disso, é ela que explica porque vêm surgindo, surpreendentemente, propostas de retorno a um método fônico como solução para os problemas que se enfrentam na aprendizagem inicial da língua escrita pelas crianças.

Cabe salientar, porém, que não é retornando a um passado já superado e negando avanços teóricos incontentáveis que esses problemas serão esclarecidos e resolvidos.

Por outro lado, ignorar ou recusar a crítica aos atuais pressupostos teóricos e a insuficiência das práticas que deles tem decorrido resultará certamente em mantê-los inalterados e persistentes.

Nesta perspectiva, surge letramento, que, segundo Kleiman não está ainda dicionarizada define letramento como um contraponto ao conceito de alfabetização, segundo ela os dois conceitos se alternam e se completam.

A alfabetização e o letramento são, no estado atual do conhecimento sobre a aprendizagem inicial da língua escrita, indissociáveis simultâneos e interdependentes.

Uma reflexão da alfabetização por meio de Piaget, Vygotsky e Ferreiro

A epistemologia genética de Piaget é uma teoria construtivista de caráter interativo, entendendo o pensamento e a inteligência como processos cognitivos que tem sua base em um organismo? Biológico. É a partir da herança genética que o indivíduo constrói sua própria evolução da inteligência paralela com a maturidade e o crescimento biológico da pessoa que, através da interação com o meio desenvolve também suas capacidades básicas para a subsistência: a adaptação e a organização.

Para Vygotsky a aprendizagem é o resultado da interação do aprendiz com o ambiente através da sua experiência, compartilhada com um momento histórico e com determinantes culturais particulares. Essa aprendizagem como experiência não se transmite de uma pessoa a outra forma de mecânica, mas sim mediante operações mentais que se realiza na interação do sujeito com o mundo material e social. O fundamental do enfoque de Vygotsky consiste em considerar o indivíduo como resultado do processo histórico e social onde a linguagem desempenha um papel essencial. Para Vy-

3 PORANGABA, F.A.; PORANGABA, S.S.M.; MENESES, S.S.; SILVA, W.M.B.

Alfabetização e letramento nas séries iniciais.

pectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.”

Logo, o letramento vai além do ler e escrever, ele tem sua função social, enquanto a alfabetização encarrega-se em preparar o indivíduo para a leitura e um desenvolvimento maior do letramento do sujeito. Nessa perspectiva, alfabetização e letramento se completam e enriquecem o desenvolvimento do aluno.

Alfabetizar letrando é uma prática necessária nos dias atuais, para que se possa atingir a educação de qualidade e produzir um ensino, em que os educandos não sejam apenas uma caixa de depósito de conhecimentos, mas que venham a ser seres pensantes e transformadores da sociedade.

O papel do educador na formação de indivíduos alfabetizados e letrados

Numa sociedade letrada, o objetivo do ensino deve ser o de aprimorar a competência e melhorar o desempenho linguístico do estudante, tendo em vista a integração e a mobilidade sociais dos indivíduos, além de colocar o ensino numa perspectiva produtiva.

O ensino da leitura e da escrita deve ser entendido como prática de um sujeito agindo sobre o mundo para transformá-lo e, para, através da sua ação, afirmar a sua liberdade e fugir à alienação.

É através da prática que desenvolvemos nossa capacidade linguística. Conhecer diferentes tipos de textos não é, pois, decorar regras gramaticais e listas de palavras.

No rap *Estudo Errado*, Gabriel, o Pensador, diz com propriedade: *“Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi. Decoreba: este é o método de ensino. Eles me tratam como ameba e assim eu não raciocino”*.

É lamentável que, no Brasil, a escola, lugar fundamental para a pessoa desenvolver sua capacidade de linguagem, continue limitando-se, na maioria das vezes, a um ensino mecânico. Na perspectiva do letramento, a leitura e a escrita são vistas como práticas sociais.

Vargas⁴⁷ apresenta uma distinção entre ledores e leitores muito importante quando se fala de alfabetização e de letramento. Segundo a autora,

[...] A estrutura educacional brasileira tem formado mais ledores que leitores. Qual é a diferença entre uns e outros se os dois são decodificadores de discursos? A diferença está na qualidade da decodificação, no modo de sentir e de perceber o que está escrito. O leitor, diferentemente do ledor, compreende o texto na sua relação dialética com o contexto, na sua relação de interação com a forma. O leitor adquire através da observação mais detida, da compreensão mais eficaz, uma percepção mais crítica do que é lido, isto é, chega à política do texto. A compreensão social da leitura dá-se na medida dessa percepção. Pois bem, na medida em que ajudo meu leitor, meu aluno, a perceber que a leitura é fonte de conhecimento e de domínio do real, ajudo-o a perceber o prazer que existe na decodificação aprofundada do texto.

O objetivo de se ensinar a ler e escrever deve estar centrado em propiciar ao estudante a aquisição da língua portuguesa, de maneira que ele possa exprimir-se corretamente, aconselhado pelo

47 VARGAS, Suzana. *Leitura: uma aprendizagem de prazer*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

professor por meio de estímulos à leitura de variados textos, nos quais serão verificadas as diferentes variações linguísticas, tornando um poliglota em sua língua, para que, ao dominar o maior número de variantes, ele possa ser capaz de interferir socialmente nas diversas situações a que for submetido.

A educação, sendo uma prática social, não pode restringir-se a ser puramente livresca, teórica, sem compromisso com a realidade local e com o mundo em que vivemos. Educar é também, um ato político. É preciso resgatar o verdadeiro sentido da educação. De acordo com Freire⁴⁸,

(...) o ato de estudar, enquanto ato curioso do sujeito diante do mundo, é expressão da forma de estar sendo dos seres humanos, como seres sociais, históricos, seres fazedores, transformadores, que não apenas sabem mas sabem que sabem.

Assim, quando os alunos são o sujeito da própria aprendizagem, “seres fazedores, transformadores”, no dizer de Paulo Freire, tomam consciência de que sabem e podem transformar o já feito, construído. Deixam a passividade e a alienação para se constituírem como seres políticos. Como afirma Freire⁴⁹,

“O diálogo é fundamental em qualquer prática social. O diálogo consiste no respeito aos educandos, não somente enquanto indivíduos, mas também enquanto expressões de uma prática social. (...) A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico.”

O aluno não pode ser um simples objeto nas mãos do professor. É o que Freire chama de “educação bancária”, isto é, o educando, ao receber passivamente os conhecimentos, torna-se um depósito do educador. “Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”.

Cabe ao professor mostrar aos alunos uma pluralidade de discurso. Trabalhar com diferentes textos possibilita ao professor fazer uma abordagem mais consciente das variadas formas de uso da língua. Assim, o professor pode transformar a sua sala de aula num espaço de descobertas e construção de conhecimentos.

A tarefa de selecionar materiais de leitura para os alunos é uma das tarefas mais difíceis. Nessa escolha, são postas em jogo as diferentes concepções que tem cada professor sobre a aprendizagem, os processos de leitura, a compreensão, as funções dos textos e o universo do discurso. Além disso, coloca-se em jogo a representação que tem cada docente não só do desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo dos sujeitos a quem são dirigidos os materiais, mas também dos interesses de leitura de tais destinatários. Assim, também intervém como variável significativa o valor que o docente atribui aos materiais enquanto recursos didáticos.

Trabalhar com gêneros textuais variados nos permite entender

48 FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

49 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

estão elaboradas, diferentes desdobramentos na sua implantação, indicam a necessidade de ampliarmos o debate e investirmos em produções de registros que avaliem o atual perfil das políticas públicas de atendimentos a alunos com necessidades educacionais especiais. Precisamos de mais estudos sobre os impactos das ações no âmbito dos sistemas de ensino, e que estes orientem também os programas de formação continuada de professores.

Considerações Finais

Uma das constatações possíveis neste momento da reflexão é que nossas tarefas ainda são inúmeras, mas devemos identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com essas pessoas, acompanhar ações do poder público em educação, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governo, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre os de mercado.

O que se deve evitar é "...o descompromisso do poder público com a educação e que a inclusão escolar acabe sendo traduzida como mero ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns...".

Dois grandes desafios de imediato estão colocados para os sistemas de ensino e para a sociedade brasileira:

1- Fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente e

2- Construir respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos. As mudanças a serem implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca da melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.). *Inclusão*

EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Direito à educação e educação em direitos humanos: entre especificidades e articulações

A educação como direito humano é considerada um direito social integrante da denominada segunda geração de direitos, formulados e afirmados a partir do século XIX. São muitas as referências à importância do direito à educação, mas poucas as reflexões que têm se dedicado a aprofundar o conteúdo deste direito numa perspectiva ampla, sem reduzi-lo à escolarização, abordagem que constitui a tendência quase exclusiva dos trabalhos que vêm sendo realizados⁵¹.

Sergio Haddad afirma, na introdução do Relatório sobre o Direito à Educação, realizado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, em 2004: Conceber a Educação como Direito Humano diz respeito a considerar o ser humano na sua vocação ontológica de querer "ser mais", diferentemente dos outros seres vivos, buscando superar sua condição de existência no mundo. Para tanto, utiliza-se do seu trabalho, transforma a natureza, convive em sociedade. Ao exercer sua vocação, o ser hu-

⁵¹ <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FfnNL4mJywL/?lang=pt&format=pdf>

mano faz História, muda o mundo, por estar presente no mundo de uma maneira permanente e ativa.

A educação é um elemento fundamental para a realização dessa vocação humana. Não apenas a educação escolar, mas a educação no seu sentido amplo, a educação pensada num sistema geral, que implica na educação escolar, mas que não se basta nela, porque o processo educativo começa com o nascimento e termina apenas no momento da morte do ser humano. Isto pode ocorrer no âmbito familiar, na sua comunidade, no trabalho, junto com seus amigos, nas igrejas, etc. Os processos educativos permeiam a vida das pessoas.

Os sistemas escolares são parte deste processo educativo em que aprendizagens básicas são desenvolvidas. Ali, conhecimentos essenciais são transmitidos, normas, comportamentos e habilidades são ensinados e aprendidos. Nas sociedades modernas, o conhecimento escolar é quase uma condição para sobrevivência e bem-estar social.

As implicações do direito à educação, tendo por referência âmbitos como a família, os diferentes espaços de educação não formal, como as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, ainda não estão aprofundadas e adequadamente desenvolvidos entre nós.

É possível afirmar que o desenvolvimento do direito à educação no nosso país, certamente um processo acelerado nas últimas décadas, pode ser caracterizado por duas ênfases: a expansão da escolarização e a afirmação da construção de uma educação escolar comum a todos, na perspectiva da afirmação da igualdade.

No que diz respeito à primeira característica, o direito à educação escolar, num primeiro momento a ênfase foi posta na ampliação dos anos de obrigatoriedade escolar, na perspectiva da universalização do ensino fundamental. Com este objetivo praticamente alcançado em linhas gerais, passa-se também a implementar políticas de ampliação do acesso à educação infantil, ao ensino médio e ao ensino superior.

No entanto, a expansão do sistema e a presença dos diversos grupos sociais e culturais que passaram a frequentá-lo colocaram em evidência a heterogeneidade dos resultados, os altos índices de evasão e fracasso escolar, a distorção idade-série, particularmente de determinados sujeitos e grupos, colocando no centro dos debates e das preocupações a questão da qualidade da educação. Contudo, esta expressão, ao mesmo tempo em que explicita um aparente consenso, também admite distintas interpretações e encobre diferentes marcos conceituais e políticos de se conceber a educação, relacionando-a com o tipo de sociedade e cidadania que se quer construir.

Trata-se de uma expressão polissêmica, de um conceito socialmente construído e em constante reformulação, que suscita fortes polêmicas e debates entre os educadores e na sociedade em geral. Esta polissemia da expressão "qualidade da educação" pode ser evidenciada nos discursos cada vez mais frequentes que sentem a necessidade de acrescentar um adjetivo à palavra qualidade: fala-se de qualidade total, qualidade humana, qualidade social, qualidade cidadã, qualidade corporativa, entre outras. O que está em jogo é o confronto entre diferentes modos de conceber as relações entre educação, escola e sociedade.

Partindo-se da concepção de educação já explicitada por Haddad, a educação escolar não pode ser reduzida a um produto que se negocia na lógica do mercado; nem ter como referência quase que exclusivamente a aquisição de determinados "conteúdos", por mais socialmente reconhecidos que sejam. Deve ter como horizonte a